



A Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde esteve presente no evento “Futuro sustentável se faz em parceria”, promovido pela Medtronic para distribuidores, em 16 de setembro, em São Paulo.

A assessora jurídica da ABRAIDI, Hella Gottschefsky, doutora em Direito Tributário, proferiu uma palestra sobre as perspectivas e os desafios para a implementação das novas regras do novo modelo de tributação do consumo aprovado no Congresso Nacional, por meio da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Hella Gottschefsky apresentou uma série de orientações e estratégias especialmente voltadas aos distribuidores durante a fase de transição da legislação, que se estenderá até 2033. “Até essa data, os dois modelos coexistirão. As empresas e as assessorias contábeis terão que adaptar seus sistemas internos para lidar com esse desafio”, destacou.

O gerente executivo da ABRAIDI, Davi Uemoto, participou de um debate com o diretor executivo da Anahp, Antônio Britto, em painel sobre a sustentabilidade da cadeia de valor em saúde, moderado pelo gerente sênior de Contas Estratégicas da Medtronic, Paul Tod.

Davi Uemoto falou sobre as principais atividades desenvolvidas por cada agente econômico que integra a cadeia de valor em saúde. Além disso, comentou sobre os fluxos de inovação e conhecimento; financeiro; de informação; e de produtos e serviços. O gerente executivo ressaltou que muitos desafios surgem em razão da grande assimetria de informação presente nas interações, exemplificando: “uma das razões da demora no processo de faturamento está justamente relacionada às inconsistências e ineficiências nos documentos e registros apresentados, como divergências entre folha de sala, descrição cirúrgica e sistemas, além de diferenças entre o que foi dispensado e consumido”. Ele apresentou propostas para mitigar o problema, que envolvem processos voltados à previsibilidade e à transparência, como forma de dissipar o clima de desconfiança que existe atualmente.

A proposta prevê um sistema que contemple a transformação digital como solução, incluindo: uma plataforma de integração em tempo real, com a centralização de todas as etapas em um único sistema; visibilidade de agendamentos, com compartilhamento da programação cirúrgica com antecedência; rastreabilidade automática de custos e consumos; e integração financeira, com apresentação de contas detalhadas em tempo real.

No que se refere à previsibilidade e à transparência, Davi Uemoto defendeu o amplo aprimoramento do processo de glosa. “Ela deverá ser sempre acompanhada de justificativa específica e pormenorizada, indicando claramente o motivo da não aprovação, que não poderá se limitar a códigos genéricos, devendo detalhar a não conformidade em relação à solicitação médica, à padronização do plano, à nota fiscal, ao laudo técnico ou a qualquer outro critério que fundamente a recusa”. Ele acrescentou que os prestadores de serviços de saúde precisam ter visibilidade em tempo real sobre o status das análises.



Fonte: [Abrididi](#), em 23.09.2025.